



Eroulths Cortiano Junior
Alexandre Barbosa da Silva
Coordenadores

Revisão dos Originais
Luis Fernando de Menezes

Prefácio
Paulo Lôbo
Marcos Ehrhardt Júnior

O CÓDIGO CIVIL E A CONTEMPORANEIDADE

Estudos do Grupo Virada de Copérnico em
Homenagem ao Ministro Luiz Edson Fachin

área específica da obra

Direito Civil

áreas afins do livro

Direito Constitucional

palavras-chave

Direito Civil. Direito Civil-Constitucional.

Código Civil

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 3926

O Código Civil e a contemporaneidade: estudos do Grupo Virada de Copérnico em homenagem ao Ministro Luiz Edson Fachin é fruto de constantes debates e reflexões que acontecem no âmbito do Grupo de Pesquisas em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná Virada de Copérnico, idealizado e construído pelo Professor Luiz Edson Fachin, hoje ministro do STF e TSE.

O Virada de Copérnico congrega pesquisadores de diversas instituições e cidades, que debatem e pesquisam o direito civil contemporâneo, com uma farta e sólida produção doutrinária.

Este livro aproveita a efeméride dos 20 anos do Código Civil para uma série de reflexões teóricas, mas de evidente aplicação prática. Os textos passam por todos os livros do Código Civil, cuidando ora de aspectos gerais da lei, ora de temas aprofundados.

Na sua inteireza, o livro busca contribuir para a constante e diária construção de um direito civil a serviço da vida. Assim, homenageia o Prof. Luiz Edson Fachin e sua trajetória de professor, jurista e magistrado.

Eroulths Cortiano Junior
Alexandre Barbosa da Silva

C669 O Código Civil e a Contemporaneidade: Estudos do Grupo Virada de Copérnico em Homenagem ao Ministro Luiz Edson Fachin / Eroulths Cortiano Junior, Alexandre Barbosa da Silva (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

507 p. 17x24cm
ISBN impresso 978-65-5518-990-2
ISBN digital 978-65-5518-989-6

1. Direito civil. 2. Direito civil-constitucional. 3. Código civil. I. Cortiano Junior, Eroulths. II. Silva, Alexandre Barbosa da. III. Título.

CDD: 342.085
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CORTIANO JUNIOR, Eroulths; SILVA, Alexandre Barbosa da (coord.). *O Código Civil e a Contemporaneidade: Estudos do Grupo Virada de Copérnico em Homenagem ao Ministro Luiz Edson Fachin*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 507 p. ISBN 978-65-5518-989-6.

Alexandre Barbosa da Silva

Doutor em Direito pela UFPR. Bolsista Capes no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior nº 9808-12-4, com Estudos Doutorais na Universidade de Coimbra. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, Inovação e Regulações da Univel. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional Virada de Copérnico da UFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Civil e Regulações da Univel. Procurador do Estado do Paraná. *E-mail*: alexandre@univel.br. Instagram: @alebarbosa0611.

Eroulths Cortiano Junior

Pós-Doutor em Direito. Professor da UFPR. Presidente do IBDCONT. Líder do Grupo de Pesquisas em Direito Civil Virada de Copérnico. Procurador do Estado do Paraná e Advogado em Curitiba-PR.

SUMÁRIO

PREFÁCIO PARA A OBRA <i>VINTE ANOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO</i>	
LUIZ EDSON FACHIN..... 17	
PREFÁCIO	
PAULO LÔBO, MARCOS EHRHARDT JÚNIOR..... 21	
I.	Primeiro ato: a mudança dos tempos – do patrimônio à pessoa..... 22
II.	Segundo ato: o diálogo e a construção – o Direito em movimento..... 22
III.	Terceiro ato: a nova era digital – desafios inéditos..... 22
IV.	Quarto ato: o futuro em construção 22
	Epílogo: a travessia continua..... 23
APRESENTAÇÃO	
EROLTHS CORTIANO JUNIOR, ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA 25	
A PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002: DA PESSOA NATURAL AO NEGÓCIO JURÍDICO, NADA MAIS É COMO ANTES	
ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS, FERNANDA SCHAEFER, JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELLES, MARCO ANTONIO LIMA BERBERI..... 27	
1	Relevância da Parte Geral e a surpreendente promulgação do Código de 2002 27
2	A pessoa natural, sua caracterização e desafios nos 20 anos do Código 28
2.1	Alcance e origem das disposições legais..... 28
2.2	Primeiro desafio: categorias antigas, realidades novas 29
2.3	Segundo desafio: reconhecer a pessoa humana para além da categorização..... 32
3	Os direitos da personalidade nos 20 anos do Código Civil 34
3.1	O percurso dos direitos da personalidade até o Brasil: um esforço histórico 34
3.2	O pouso forçado dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002 35
3.3	Identidade e corpo: a complexidade da pessoa humana 36
4	A teoria do fato jurídico no primeiro vicênio do Código Civil brasileiro de 2002 38
4.1	Incidência normativa e teoria do fato jurídico 39
4.2	As categorias fundamentais: fatos, atos-fato, atos em sentido estrito e negócios jurídicos 40
4.3	A teoria do fato jurídico após vinte anos de Código Civil: <i>quo vadis?</i> 42
5	Breves considerações finais..... 44
	Referências..... 45
A CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL REFORMADO PELA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO	
ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA 49	
1	Aspectos introdutórios 49
2	A pessoa com deficiência no Código Civil de 1916 e no de 2002 50
3	A Convenção da ONU sobre a Proteção das Pessoas com Deficiência como condutor da transição do sistema brasileiro das incapacidades..... 52
4	A “nova” capacidade da pessoa com deficiência: desafios e aceitações 53
5	Palavras finais 56
	Referências..... 56
A PESSOA JURÍDICA E AS ALTERAÇÕES DA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA: ALGUMAS NOTAS DOUTRINÁRIAS	
FLÁVIO TARTUCE 59	
1	O conceito de pessoa jurídica e os seus direitos 59
2	A autonomia da pessoa jurídica e o novo art. 49-A do Código Civil. Análise crítica 60
3	Modificações a respeito da desconsideração da personalidade jurídica pela Lei da Liberdade Econômica. Algumas notas doutrinárias 61
	Referências..... 65

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA DOS BENS NOS 20 ANOS DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO:
RETROSPECTIVAS E PERSPECTIVAS

ANA PAULA MYSZCZUK	67
1 Introdução	67
2 Bens e retrospectivas dos 20 anos do Código Civil brasileiro	67
3 Bens e algumas perspectivas na segunda década do século XXI.....	68
4 Considerações finais	72
Referências.....	73

A FORÇA CONSTRUTIVA DOS FATOS E A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA CRÍTICA DE LUIZ EDSON FACHIN NA
EDIFICAÇÃO DOGMÁTICA DA PRIVACIDADE

RAFAEL CORRÊA	75
1 Introdução	75
2 A privacidade fotografada no enlace geral dos direitos da personalidade	77
3 A força construtiva dos fatos e uma nova definição à privacidade: entre a autodeterminação informativa e o direito ao esquecimento	80
4 Conclusões.....	82
Referências.....	83

A VIRADA DOS PONTEIROS NOS 20 ANOS DO CÓDIGO CIVIL: OLHARES SOBRE FLUIR DO TEMPO,
PRESCRIÇÃO E IMPRESCRITIBILIDADE DA REPARAÇÃO POR DANOS POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS

GABRIEL SCHULMAN	85
1 De volta para o futuro. Travessias no tempo e espaço: uma singela homenagem ao Professor Fachin	85
2 A prescrição intercorrente no direito civil. Transformações em curso no olhar jurídico sobre o fluir do tempo.....	87
3 Contornos da prescrição e decadência.....	89
4 A prescrição e os direitos fundamentais: a imprescritibilidade à luz da Constituição.....	93
Referências.....	98

TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS EM VINTE ANOS DE EXPERIÊNCIA RECODIFICADA

ROSALICE FIDALGO PINHEIRO, CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK, MARCOS CATALAN, PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN	103
1 Introdução	103
2 Da estrutura inabalável à (re)leitura da teoria das obrigações no Código Civil de 2002	104
2.1 O <i>more geométrico</i> da teoria geral das obrigações: uma estrutura inabalável na codificação de 2002?	104
2.2 A (re)leitura do direito das obrigações no Código Civil de 2002	108
3 Considerações finais	117
Referências.....	118

O CASO DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

EDUARDO LUIZ BUSATTA	121
1 Introdução	121
2 Aurora do adimplemento substancial no direito brasileiro	122
3 O caso do adimplemento substancial.....	128
4 Considerações finais	133
Referências.....	134

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

MARCOS CATALAN	137
Referências.....	144

CLÁUSULA PENAL E SUA REDUÇÃO EQUITATIVA: HÁ LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA NA
QUANTIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS PENAISS?

ANDERSON SCHREIBER	147
I Uma palavra sobre o homenageado.....	147
II A cláusula penal no direito brasileiro	148
III O limite máximo da cláusula penal (Código Civil, art. 412).....	149
IV Redução equitativa da cláusula penal (Código Civil, art. 413) e dever de ofício.....	150
V A chamada cláusula penal manifestamente excessiva	152
VI O que é, afinal, a redução equitativa?	153

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO OU: O CONTO DA ILHA DESCONHECIDA

ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS	157
Referências.....	162

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NOS VINTE ANOS DE CÓDIGO CIVIL

ROSALICE FIDALGO PINHEIRO	165
Introdução	165
1 O percurso do princípio da boa-fé no cenário jurídico nacional.....	166
2 O princípio da boa-fé na recodificação	168
3 O princípio da boa-fé na jurisprudência brasileira	170
Considerações finais	172
Referências.....	173

LIBERDADE ECONÔMICA E DIREITO CONTRATUAL

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK, CAROLINA KOSMA KRIEGER	175
1 A compreensão metodológica do direito civil na obra de Luiz Edson Fachin e a historicidade da disciplina jurídica das relações privadas.....	175
2 Socialidade, eticidade e liberdade econômica no direito dos contratos.....	176
3 Livre iniciativa, Constituição e contrato	179
4 A função social do contrato e a alteração do <i>caput</i> do art. 421 do Código Civil	181
5 As novas regras sobre interpretação dos contratos	183
6 Gestão de riscos	185
7 Excepcionalidade da revisão contratual	187
8 Intervenção mínima	188
9 Presunção de paridade e simetria	189
Referências	191

O PROBLEMA DA REVISÃO DOS CONTRATOS NOS VINTE ANOS DO CÓDIGO CIVIL.....

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO	193
1 Economia e principiologia dos contratos: evolução e novos desafios.....	193
2 Patologia dos contratos: a revisão e seus pressupostos entre autonomia negocial e equilíbrio funcional	197
3 Vetores interpretativos da revisão dos contratos: o entrechoque da Lei da Liberdade Econômica com a pandemia de Covid-19	201

A ATIPICIDADE NA EXPERIÊNCIA RECODIFICADORA

MARCOS CATALAN	207
Referências.....	212

RELEVÂNCIA DA CULPA NO SISTEMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

MARIA CANDIDA DO AMARAL KROETZ	215
1 As premissas	215
2 O sistema de responsabilidade civil e sua dimensão ética	217
3 O trajeto primeiro.....	219
4 A reação à pulverização de fontes legislativas.....	221
5 A cláusula geral de responsabilidade civil codificada em 2002	223
5.1 A regra	223
5.2 A exceção.....	225
6 O atual viés de revivescência da culpa	226
7 Diagnóstico e prognóstico da culpa no sistema de responsabilidade civil do Código de 2002	230
Referências.....	231

A CLÁUSULA GERAL DO RISCO DA ATIVIDADE

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO, NELSON ROSENVALD	233
1 Introdução	233
2 Teoria objetiva e a construção da cláusula geral no Código Civil de 2002	236
3 Ainda a questão: risco proveito ou risco criado?.....	244
4 À guisa de conclusão: risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade	248
Referências.....	253

OS DESAFIOS DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

THAÍS G. PASCOALOTO VENTURI	257
1 Uma singela homenagem.....	257
2 Introdução	258

3	Função reparatório-compensatória.....	262
4	Função punitivo-pedagógica.....	265
5	Função preventiva.....	268
6	Função precaucional.....	272
7	Função promocional.....	275
8	Função restitutória.....	277
9	Os desafios da aplicação concreta da multifuncionalização.....	280
	Referências.....	282

DÚVIDA JURÍDICA RAZOÁVEL COMO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL, DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E DE OUTROS REMÉDIOS CONTRA ILÍCITOS CIVIS: COMENTÁRIOS A UM JULGADO DO STJ

CARLOS EDUARDO ELIAS DE OLIVEIRA.....		285
1	Objeto do texto e resumo do julgado escolhido do STJ.....	285
2	A dúvida jurídica razoável como excludente de ilicitude, de responsabilidade civil, de enriquecimento sem causa e de outros remédios contra ilícitos civis.....	288
2.1	Tipos de ilícitos civis e remédios.....	288
2.2	Natureza indeterminada do direito: a relevância da dúvida jurídica razoável como elemento de segurança jurídica.....	290
2.3	Dúvida jurídica razoável nos outros ramos do direito.....	292
2.4	Dúvida jurídica razoável e a cindibilidade de efeitos jurídicos desproporcionais no direito civil.....	293
2.5	Caso escolhido do STJ.....	295
2.6	Outros julgados do STJ.....	296
2.6.1	Casos de plano de saúde.....	296
2.6.2	Caso da classificação indicativa de filmes.....	298
2.6.3	Casos em que a dúvida jurídica razoável poderia ter sido utilizada.....	299
3	Conclusão.....	300
	Referências.....	300

O DIREITO DE EMPRESA E O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UM CONVITE AO DIÁLOGO

CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, FREDERICO EDUARDO ZENEDIN GLITZ.....		303
1	Um diálogo necessário.....	303
2	A disciplina do direito de empresa no Código Civil.....	306
3	Uma releitura necessária: a substituição do empresário pelo agente econômico.....	308
	Referências.....	311

REPENSANDO O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: UMA SIMPLES HOMENAGEM AO PROFESSOR LUIZ EDSON FACHIN

CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO.....		313
1	Introdução.....	313
2	Constituição Federal e o princípio da preservação da empresa.....	313
3	Direito de empresa no Código Civil.....	314
4	Repensando o princípio da preservação da empresa no Código Civil.....	317
5	Conclusão.....	318
	Referências.....	319

O DIREITO SOCIETÁRIO APÓS 20 ANOS DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL E SUA (RE)CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS RECENTES ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E JURISPRUDENCIAIS

EMERSON LUÍS DAL POZZO, KARIN CRISTINA BÓRIO MANCIA.....		321
1	Primeiras considerações.....	321
2	Da empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli à sociedade limitada unipessoal: a Lei da Liberdade Econômica.....	321
3	Reafirmação da separação patrimonial e da limitação de responsabilidade.....	323
4	Outras transformações e algumas projeções.....	325
5	Considerações finais.....	327
	Referências.....	327

A CRIAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE UM REGIME “SOCIETÁRIO” ESTATAL

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA.....		329
1	Estado na economia e as sociedades estatais.....	329
2	Regime jurídico das sociedades estatais.....	331
3	Sentido das sociedades estatais e o direito empresarial.....	334
	Referências.....	337

PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS: DIREITO DAS COISAS NO CÓDIGO CIVIL

DANIELE REGINA PONTES.....	339
1 A codificação e as coisas	339
2 Persistência e movimento: revisão das categorias.....	340
3 Funções sociais: princípio e instrumento.....	343
4 Posse no tempo e no espaço	348
5 Manutenções e mudanças: formas de aquisição e perda	351
6 Consolidação e regularização: respostas da usucapião.....	352
7 Proximidades e formas proprietárias coletivas.....	354
8 Diálogos do código: direitos urbanístico e ambiental.....	356
9 Considerações finais	357
Referências.....	358

AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE

ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA	361
1 Introdução	361
2 Formas de aquisição da titularidade proprietária sobre imóveis.....	362
3 A aquisição sobre móveis	366
4 Perda da titularidade proprietária sobre imóveis e móveis.....	367
5 Considerações finais	367
Referências.....	368

RELAÇÕES CONDOMINIAIS E AUTONOMIA PRIVADA: MUDANÇAS E RESISTÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO VINTENÁRIA

CAMILA BOTTARO SALES COELHO.....	369
1 Introdução	369
2 Novas formas condominiais	370
3 Atuais tendências do condomínio edilício e autonomia das convenções de condomínio	371
4 Multipropriedade, compartilhamento e o “futuro das titularidades”	372
4.1 Particularidades do instituto	373
5 Conclusão	374
Referências.....	375

DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA	377
1 Titularidades reais sobre coisas alheias e a classificação feita pelo art. 1.225 do CC	377
2 Espécies de titularidades reais sobre coisas alheias de gozo e de aquisição	380
Referências.....	384

DIREITOS REAIS DE GARANTIA

JOÃO RICARDO BRANDÃO AGUIRRE	385
1 Titularidades reais de garantia	385
2 Disposições gerais acerca do penhor, da hipoteca e da anticrese	386
3 O penhor	388
4 A hipoteca	389
5 A anticrese	391
6 A propriedade fiduciária.....	392
Referências	393

AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E O USO ANORMAL DA PROPRIEDADE

MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO.....	395
1 Introdução	395
2 Diferença entre direito de vizinhança e servidão predial	396
3 Natureza jurídica.....	397
4 Uso anormal da propriedade.....	397
Referências.....	402

A PARENTALIDADE BRASILEIRA NOS 20 ANOS DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL

FABÍOLA LOBO, RICARDO CALDERÓN	405
Luiz Edson Fachin: uma pessoa de feitos e afetos	405
1 Contexto na aprovação e a experiência de duas décadas	406
2 Dispositivos relativos ao parentesco e a outra origem	408
3 Filiação socioafetiva, princípio da afetividade e multiparentalidade.....	409
Referências	412

NAMORO QUALIFICADO E CONTRATO DE NAMORO

MARÍLIA PEDROSO XAVIER	415
1 Introdução	415
2 O contrato de namoro: do vilanismo ao protagonismo.....	415
2.1 O contrato de namoro é um aborto jurídico?	416
2.2 Uma nova perspectiva: contrato de namoro – amor líquido e direito de família mínimo	419
3 O contrato de namoro como instrumento de planejamento sucessório.....	422
4 Conclusões.....	425
Referências.....	426

AUTORIDADE PARENTAL E GUARDA

GUSTAVO TEPEDINO, ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA	429
1 Introdução: as mudanças em curso no direito de família	429
2 As relações parentais na atualidade: um repensar sobre a guarda e a autoridade parental	430
3 Conclusão	434
Referências.....	435

O DIREITO DAS SUCESSÕES NOS VINTE ANOS DO CÓDIGO CIVIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

LUCIANA PEDROSO XAVIER, SIMONE TASSINARI CARDOSO	437
1 Introdução: o estado da arte	437
2 Direito das sucessões: premissas para análise	438
3 O fenômeno sucessório e o Código Civil de 2002.....	439
4 Conclusões: próximos vinte anos do direito das sucessões	442

SUCESSÃO EM GERAL

MAICI BARBOZA DOS SANTOS COLOMBO, JACQUELINE LOPES PEREIRA	445
Referências	448

SUCESSÃO LEGÍTIMA

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA, JOSÉ FERNANDO SIMÃO	451
Introdução	451
1 Quando ocorre a sucessão legítima?	451
2 Por que há a previsão de uma sucessão <i>ab intestato</i> ?	452
3 Quem é chamado à sucessão pela lei?.....	452
3.1 Ordem de vocação hereditária	453
3.2 Herdeiros necessários	455
3.3 Condições para a sucessão legítima	455
Nota conclusiva	456
Referências.....	457

SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

ANA LUIZA MAIA NEVARES, ROSE MELO VENCELAU MEIRELES	459
1 Introdução	459
2 Redução das formalidades testamentárias.....	460
3 Invalidade do testamento.....	462
4 Justa causa	463
5 Prole eventual	468
6 Conclusão	471

INVENTÁRIO E PARTILHA

KARLA FERREIRA DE CAMARGO FISCHER, OCTAVIO CAMPOS FISCHER	473
Introdução	473
1 Do inventário	474
2 Dos sonegados	476
3 Da colação.....	478
4 Da partilha.....	481
Considerações finais	483
Referências.....	483

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO ENCESSAMENTO SUCESSÓRIO BRASILEIRO E A BUSCA HERMENÊUTICA PELO SEU EQUACIONAMENTO ANTE A FLUIDEZ DAS RELAÇÕES FAMILIARES

FELIPE FRANK, MARCELO BÜRGER	485
1 As raízes históricas do encessamento sucessório brasileiro	485
2 As mudanças do Código Civil de 2002 que aumentaram ainda mais o encessamento do direito sucessório, em descompasso com a fluidez das famílias contemporâneas.....	488

3	A busca hermenêutica pela ressignificação funcional do direito sucessório ante a fluidez das relações familiares contemporâneas.....	492
4	Conclusão	496
	Referências.....	497
	 SOBRE OS AUTORES.....	 501

Alexandre Barbosa da Silva

Doutor em Direito pela UFPR. Mestre em Direito pela Universidade Paranaense. Bolsista Capes no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior nº 9808-12-4, com Estudos Doutorais na Universidade de Coimbra. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, Inovação e Regulações da Univel. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Civil-Constitucional Virada de Copérnico da UFPR, e do Grupo de Pesquisas Direito Civil e Regulações da Univel. Procurador do Estado do Paraná. *E-mail*: alexandre@univel.br. Instagram: @alebarbosa0611.

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Diritto Civile pela Università degli Studi di Camerino, Itália. Professora de Direito Civil do Centro Universitário UNA. Coordenadora editorial da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*.

Ana Luiza Maia Nevares

Advogada. Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Família e da Comissão de Direito das Sucessões do IBDFAM. Diretora Acadêmica do IBDFAM-RJ. Membro do IBDFAM, IBDCivil, IAB e IBDCONT.

Ana Paula Myszczyk

Graduada em Licenciatura em História e Bacharelado em Direito, ambos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com estágio doutoral na Universidade do Deusto e Universidade do País Basco, desenvolvendo estudos na Cátedra Interuniversitaria de Derecho y Genoma Humano. Estágio pós-doutoral na Universidad de Pinar del Río (Cuba), no Centro de Estudios en Medio Ambiente y Recursos Naturales. Estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Bioética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, em cursos de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP). Tem experiência na área de Direito Privado, com ênfase em Biodireito, Direito Civil e Propriedade Intelectual.

Anderson Schreiber

Professor Titular de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) da UERJ. Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado. Pesquisador Visitante do Max Planck Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha). Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

André Luiz Arnt Ramos

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Civil na Universidade Positivo. Cofundador do Instituto Brasileiro de Direito dos Contratos. Associado ao Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil e ao Instituto dos Advogados do Paraná. Advogado. Contato: andre@arntramos.adv.br.

Camila Bottaro Sales Coelho

Doutoranda em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Mestre em Direito Privado e especialista em Direito de Família e Sucessões pela PUC Minas. Coordenadora e pesquisadora do eixo de titularidades do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico, pesquisadora do mesmo grupo no eixo de Direito das Sucessões. Advogada e professora universitária.

Carlos Alberto Farracha de Castro

Advogado. Mestre e Doutor (UFPR). (Ex-)Presidente da Comissão de Estudos de Recuperação Judicial de Empresas e Falência da OAB/PR (2013/2021). Coordenador de Prevenção de Litígios da OAB/PR (2022/2024). Componente da lista de árbitros da Câmara de Arbitragem e Mediação da Associação Comercial do Paraná (Arbitac). Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Autor dos livros: *Preservação da empresa no Código Civil*, *Fundamentos do direito falimentar*, *Manual de recuperação de empresas e falência*. Artigos publicados em revistas especializadas, como a *Revista dos Tribunais*, da Editora RT, *Revista de Direito Mercantil*, da Editora Malheiros, *Revista de Direito Empresarial*, da Editora Magister.

Carlos Eduardo Elias de Oliveira

Membro da Comissão de Reforma do Código Civil (Senado Federal, 2023/2024). Pós-Doutorando em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor, mestre e bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). 1º lugar em Direito no vestibular 1º/2002 da UnB. Ex-Advogado da AGU. Ex-Assessor de ministro STJ. Professor de Direito Civil e de Direito Notarial e Registral. Consultor Legislativo do Senado Federal em Direito Civil, Processo Civil e Direito Agrário (único aprovado no concurso de 2012). Advogado, parecerista e árbitro. Instagram: @profcarloselias e @direitoprivadoestrangeiro.

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Professor Titular de Direito Civil da UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade. Advogado, parecerista em temas de direito privado.

Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk

Professor Associado de Direito Civil da UFPR – Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Membro da Comissão nomeada pelo Senado para a reforma do Código Civil. Mestre em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR. Doutor em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR, com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra. Presidente Estadual do IBDFAM/PR. Advogado e Parecerista. Árbitro. carlospianovski@gmail.com.

Carolina Kosma Krieger

Professora Adjunta de Direito Civil da PUCPR (Graduação e Especialização). Mestre em Direito pela PUCPR. Doutoranda em Direito das Relações sociais pela UFPR. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional da UFPR – Virada de Copérnico. Analista na Justiça Federal do Paraná.

Daniele Regina Pontes

Professora de Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra. Professora da Pós-Graduação em Planejamento Urbano/PPU da Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional/UFPR, Virada de Copérnico; do Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas – CEPPUR/UFPR e do Propolis/UFPR. Pesquisadora do Grupo Re-Habitare/UFMG.

Eduardo Luiz Busatta

Doutorando em Direito Público pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Procurador do Estado do Paraná. *E-mail*: elbusatta@gmail.com.

Emerson Luís Dal Pozzo

Doutor (2017) e Mestre (2012) em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Direito pela mesma instituição (2007). Professor visitante de diversos curso de pós-graduação em Direito *lato sensu* em Curitiba, Paraná. Advogado.

Fabiola Lobo

Professora Titular de Direito Civil da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado sanduíche realizado na Faculdade de Direito da UFPR. Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora dos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado do Centro de Ciências Jurídicas – PPGD/ UFPE.

Felipe Frank

Academic fellow e *master of laws* por Harvard. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Advogado.

Fernanda Schaefer Rivabem

Assessora Jurídica CAOP Saúde MPPR. Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Bioética da PUCPR, bolsista Capes. Doutora em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná, curso em que realizou Doutorado Sanduíche nas Universidades do País Basco e Universidade de Deusto (Espanha) como bolsista Capes. Professora do Unicuritiba. Membro do Grupo de Pesquisa Virada Copérnico UFPR. Contato: ferschaefer@hotmail.com.

Flávio Tartuce

Pós-Doutorando e Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Professor titular permanente e coordenador do mestrado da Escola Paulista de Direito (EPD). Professor e coordenador dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Privado da EPD. Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo (IBDFAM/SP). Advogado em São Paulo, parecerista e consultor jurídico.

Frederico Eduardo Zenedin Glitz

Mestre e Doutor (UFPR). Professor de Direito Internacional Privado do Unicuritiba. Membro do conselho editorial de vários periódicos especializados nacionais e internacionais. Autor de diversos livros e artigos especializados, publicados no Brasil e no exterior. Componente da lista de árbitros da Câmara de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias do Paraná (Camfiep), Câmara de Arbitragem da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (CAF) e da Câmara de Mediação e Arbitragem do Brasil (CAMEDIARB). Presidente da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Arbitragem como instrumento para solução de conflitos decorrentes de contratos comerciais (Unicuritiba). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Direito Civil Constitucional (UFPR).

Gabriel Schulman

Advogado, Professor da Graduação e Mestrado da Universidade Positivo, onde também é Coordenador da Pós-Graduação. Doutor em Direito pela UERJ. Mestre e Bacharel em Direito pela UFPR, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Edson Fachin. Especialista em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra. Integrante do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da UFPR (Grupo Virada de Copérnico). gabriel@schulman.com.br.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Professora Titular do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP. Doutora e Livre-Docente pela mesma Faculdade de Direito da USP. Ex-Procuradora Federal. Advogada, consultora e parecerista jurídica. Fundadora e Diretora Nacional (região Sudeste) do Instituto Brasileiro de Direito de Família e Sucessões – IBDFAM. Diretora Nacional (região Sudeste) do Instituto Brasileiro de Direito Civil. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos da Responsabilidade Civil.

Gustavo Tepedino

Professor Titular de Direito Civil e Ex-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Jacqueline Lopes Pereira

Doutoranda e Mestra em Direito das Relações Sociais (PPGD-UFPR). Especialista em Direito das Famílias e Sucessões pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

João Ricardo Brandão Aguirre

Pós-Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2020). Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2010). Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1994). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Presidente da Comissão de Estudos Jurídicos do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo – IBDFAMSP e da Comissão de Direito de Família e das Sucessões da OAB/SP. Foi coordenador da pós-graduação em Direito de Família e Sucessões da Universidade Anhanguera Uniderp – MS e coordenador dos cursos jurídicos da Rede LFG. Pesquisador do Grupo Virada de Copérnico (UFPR). Advogado. CV *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4435266639690092>.

José Fernando Simão

Livre-Docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Jussara Maria Leal de Meirelles

Doutora e Mestra em Direito das Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutora no Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra. Professora Titular, integrante do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordenadora de Eixo Temático no Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico, da UFPR. Pesquisadora em Biodireito e Direito Civil.

Karin Cristina Bório Mancina

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2009). Especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Graduada pela Universidade Federal do Paraná (1997). Professora de Direito Empresarial e Contratos Empresariais na Graduação do Unicuritiba. Professora na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil e Direito Médico do Unicuritiba. Professora tutora da Pós-Graduação EAD em Direito Civil e Processual Civil do Unicuritiba. Advogada.

Karla Ferreira de Camargo Fischer

Advogada e Engenheira de Alimentos. Mestre em Direito. Especialista em Direito Processual Civil e em Administração Industrial. Professora de Direito Civil do Unibrasil, de cursos de Pós-Graduação em Direito e da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/PR. Advogada sócia do escritório Camargo Fischer Advogados Associados. Perita judicial na área de Engenharia de Alimentos. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Regional Paraná (IBDFAM/PR). Membro da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB/PR.

Luciana Pedrosa Xavier

Professora de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPR. Advogada. Mediadora judicial e extrajudicial. Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da UFPR. Presidente da Comissão de Direito das Famílias da OAB/PR. Presidente do IBDCont seccional do Paraná. Contato: luciana@pxadvogados.com.br.

Maici Barboza dos Santos Colombo

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professora substituta de Direito Civil na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ entre 2018 e 2019 e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico (ciclo 2020-2022). Professora de diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* e da graduação e da pós-graduação *lato sensu* da PUC-Campinas. Advogada.

Marcelo Bürger

Doutorando e Mestre em Direito pela UFPR. Professor de Direito Civil do Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba. Vice-Presidente do IBDFAM Paraná. Advogado.

Marco Antonio Lima Berberi

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) do Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Coordenador de Eixo Temático no Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico, da UFPR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq NUPECONST – UniBrasil. Advogado e Procurador do Estado do Paraná.

Marco Aurélio Bezerra de Melo

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Professor Titular de Direito Civil do IBMEC/RJ. Professor Permanente do PPGD da Universidade Estácio de Sá. Conferencista Emérito da EMERJ. Desembargador do TJRJ.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio Pós-Doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio Pós-Doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la República, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Professor visitante no Mestrado em Direito Civil da Universidad de Huánuco, Peru. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado parecerista. marcoscatalan@uol.com.br.

Maria Candida do Amaral Kroetz

Mestre e Doutora pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre pela Columbia University, New York. Professora de Direito Civil na UFPR. Procuradora federal.

Marília Pedrosa Xavier

Professora da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Graduada em Direito pela UFPR. Coordenadora-Geral da Escola Superior de Advocacia do Paraná. Membro da Diretoria Paranaense do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Advogada.

Nelson Rosenvald

Professor do corpo permanente do Doutorado e Mestrado do IDP/DF. Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Pós-Doutor em Direito Civil na Università Roma Tre (IT-2011). Pós-Doutor em Direito Societário na Universidade de Coimbra (PO-2017). *Visiting Academic* Oxford University (UK-2016/17). Professor Visitante na Universidade Carlos Ili (ES-2018). Doutor e Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC).

Octavio Campos Fischer

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Professor do mestrado/doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito do UniBrasil. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Pablo Malheiros da Cunha Frota

Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2013). Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (2008). Especialista em Direito Civil pela Unisul (2006). Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013). Graduado em Direito na Universidade Católica de Brasília (2004). Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília (2018). Professor Adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG). Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Líder do Grupo de Pesquisa Realizando o Direito Privado na Universidade Federal de Goiás. Diretor de Publicação do IBDCONT, Presidente do IBDCON-DF e da Regional Centro-Oeste do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Membro do IBDFAM, do Brasilcon, do IBDCIVIL, da ABDCONST, da Abedi, da Aldis, do IAB, do Instituto Luso-Brasileiro de Direito. Pesquisador do Grupo Virada de Copérnico (UFPR) e do Grupo Constitucionalização das Relações Privadas (UFPE). Assessor Jurídico na Terracap (DF). Coordenador do Curso de Direito da UPID-DF. Advogado. Código Orcid: 0000-0001-7155-9459. CV *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0988099328056133>.

Paulo Roberto Ribeiro Nalin

Professor Associado de Direito Civil da UFPR – Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado). Mestre em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR. Doutor em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR. Pós-Doutor em Contratos Internacionais pela Juristische Fakultät – Universität Basel (Faculdade de Direito da Universidade da Basileia – Suíça), sob orientação da Prof. Dra. Ingeborg Schwenzer. Professor do L.L.M. da Swiss International Law School (SILS). Advogado e Árbitro. prn@paulonalin.com.br.

Rafael Corrêa

Doutorando e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (Virada de Copérnico) no eixo de Direitos da Personalidade (2020/2021). Professor em cursos de graduação e pós-graduação.

Ricardo Calderón

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Graduado em Direito Processual Civil e em Teoria Geral do Direito. Coordenador de curso de pós-graduação na Academia Brasileira de Direito Constitucional. Diretor Nacional do IBDFAM. Professor de diversos cursos de pós-graduação. Vice-Presidente da Comissão de Direito das Famílias da OAB/PR. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico – PPGD-UFPR. Advogado. calderon@calderonadvogados.com.br.

Rosalice Fidalgo Pinheiro

Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais junto ao PPGD da UFPR. Professora de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPR. Pós-Doutora junto à Universidade Paris 1- Panthéon-Sorbonne. rosallice@gmail.com.

Rose Melo Vencelau Meireles

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da UERJ. Presidente da Comissão de Direito de Órfãos e Sucessões da OAB/RJ. Membro do IBDCivil, IBDFAM e IBPC. Procuradora da UERJ. Advogada e Mediadora de Conflitos.

Simone Tassinari Cardoso

Professora permanente da graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da UFRGS. Advogada. Mediadora. Mestre e Doutora em Direito do Programa de Pós-Graduação da PUCRS. Contato: sitassinari.stc@gmail.com.

Thais G. Pascoaloto Venturi

Estágio de Pós-Doutoramento na Fordham University (New York). Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio de doutoramento – pesquisadora Capes – na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal. Mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Mediadora extrajudicial certificada pela Universidade da Califórnia – Berkeley. Mediadora judicial certificada pelo CNJ. Colunista e coordenadora no portal de notícias *Migalhas – O Direito Privado no Common Law*. Diretora científica do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – IBERC. Membro do grupo de estudos em Direito Civil – Virada de Copérnico – UFPR. Sócia fundadora do escritório Pascoaloto Venturi – thais@pascoalotoventuri.com.br.